

BESKOW, P.R. **O arrendamento capitalista na agricultura**; evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo, HUCITEC/CNPq, 1986. 220p.

Este livro traz até o leitor uma versão ligeiramente modificada da dissertação de mestrado do autor, defendida na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da USP, em 1981. O texto é suficientemente claro, e evidencia a maioria das questões que se propõe a investigar, cumprindo assim os objetivos delineados inicialmente. Para fins desta resenha, o mesmo será dividido em duas grandes partes: a primeira (cap. 2 e 3) que trata da formação e da dinâmica da produção de arroz, e a segunda (cap. 4) que, por tratar das características gerais da economia arroseira de maneira informativa descritiva, torna-se menos importante do que a primeira, no conjunto da obra.

A tese central do autor sobre a economia arroseira gaúcha repousa na inserção do Rio Grande do Sul no plano nacional, como fornecedor de alimentos essenciais para o mercado interno. E o surpreendente, neste caso, é a organização da produção em bases essencialmente capitalistas. Surpreendente porque houve uma predominância, ao longo da história da economia rural, no Brasil, da estrutura de produção familiar para produtos de mercado interno. O próprio autor aceita a heterodoxia: "... modernização relativamente precoce, apesar de se tratar de produção de um alimento básico ..." (p.7, grifo nosso) e "**Não obstante** constituir-se num alimento básico ... o arroz irrigado no Rio Grande do Sul é produzido sob uma forma capitalista (p.17, grifo nosso). Neste particular, o autor irá ressaltar que o processo central da produção capitalista de arroz no Rio Grande do Sul não está associado nem à diferenciação social da produção familiar nem à transformação do grande proprietário de terras em capitalista agrícola (pp.49 e 50).

Ao desenvolver sua tese, o autor identifica, de início, o mercado consumidor de alimentos do Rio de Janeiro e a política tarifária sobre importações, a partir de 1896, como os elementos propulsores básicos da orizicultura gaúcha. Ao tempo em que, aqui e ali, resalta a importância da disponibilidade de recursos naturais apropriados para o desenvolvimento da cultura do arroz (p.52), reage com veemência contra a explicação de Schilling, que associa o crescimento da produção arroseira ao afluxo de "homens com mentalidade evoluída" para o campo (p.89). Ao longo de todo o trabalho, o papel do mercado interno (coadjuvado por questões conjunturais de preço de mercado externo e políticas tarifárias) é destacado ao ponto de apresentar uma incômoda preeminência sobre todos os demais fatores. Não resta dúvida de que os estímulos e até as determinações de natureza econômica têm um

destacado valor no contexto da compreensão do fenômeno. Mas, no caso da agricultura, a este vetor deve-se adicionar a indissolúvel disponibilidade e adequação de recursos naturais, fato que nem sempre é levado na devida conta. Especificamente no caso do arroz do Rio Grande do Sul, a existência de um estoque de tecnologia prontamente disponível (materialmente colocado pelos imigrantes) também cumpre um papel importante no contexto da compreensão, o que parece não ser reconhecido pelo autor quando faz a seguinte citação: “o cultivo do arroz no Rio Grande do Sul não tem a ver, portanto com o processo de imigração ...” (p.41). É do nosso entendimento que tamanho de mercado, preços, juros, subsídios e outras variáveis econômicas são indispensáveis para se compreender a dinâmica do desenvolvimento na agricultura, mas que, colocadas de maneira isolada ou de forma absolutamente preeminente, concorrem para criar uma sensação de vazio às explicações. Isto porque na agricultura as condições concretas de exploração dos recursos naturais (solo e água, p. ex.) impõem limitações, balizam opções, conformam perspectivas. Assim, porque o arroz e não o feijão, porque o arroz irrigado e não o de sequeiro, porque no Rio Grande do Sul e não em outro Estado, são perguntas que não podem ser respondidas cabalmente a partir de postulações exclusivamente econômicas. De forma contrastante poderíamos perguntar: porque o Rio Grande do Sul não se tornou um grande produtor/exportador de café ou de cana-de-açúcar ou porque o Nordeste semi-árido não se especializou em arroz irrigado? O “absurdo” da pergunta termina por sugerir um papel específico, no conjunto da compreensão, para os tópicos realçados. Neste sentido, a explicação deveria tentar envolver, num núcleo complexo, a temática econômica, a dos recursos naturais e a da tecnologia.

Outro aspecto a destacar é que na sua argumentação central, o autor reserva exíguo espaço para a atuação estatal no contexto da economia arroseira. Tanto é assim que, só “em passant”, sabe-se que o Sindicato Arroseiro do RS é absorvido pelo Governo do Estado, como uma autarquia, sob o nome de IRGA. Porque assim foi feito? Que tipo de antecedentes levou a isso? Estas e outras perguntas deixam de integrar o universo de preocupações do autor. Nesta linha também é notável a ausência de investigação sobre as eventuais interferências de Getúlio Vargas, ditador e presidente da República, em atividade econômica tão importante para seu Estado. O início dos financiamentos subsidiados, da recém-criada Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI/BB), e a estatização do Sindicato, ambos em 1940, não teiam nada a ver com a presença de Getúlio no comando do Governo do País? A simultaneidade de tais acontecimentos e a presença de Vargas, investido no comando máximo da Nação, sugerem esclarecimentos de forma explícita.

A terceira grande questão é a que diz respeito à modalidade de exploração do

arroz sob a forma de arrendamento. Não resta dúvida de a caracterização ser precisamente esta, uma vez que os três personagens clássicos compõem no caso em foco: o proprietário das terras, o empresário capitalista e a força de trabalho assalariado. Neste caso, a discussão reside na forma de pagamento da renda fundiária, já que ali predomina a renda-produto (70% da área arrendada o é por um percentual da produção em dinheiro ou em sacos após a colheita, p.124) e não a renda-dinheiro. Isso deu motivo a que Schilling, citado pelo autor, classificasse tal relação como “tipicamente pré-capitalista” (p.124). É evidente que o coroamento da forma trinitária seria pelo pagamento da renda fundiária em renda-dinheiro. Não o sendo, cabe investigar as razões, uma vez que, neste caso, o proprietário das terras incorre em incertezas de mercado, juntamente com o empresário capitalista. Pode ser que esta forma de pagamento tenha sido produzida como uma adaptação, de natureza comercial, àquela situação concreta, não desqualificando, por isso, o arrendamento capitalista da orizicultura. Deste ponto de vista, o recebimento da renda fundiária a posteriori se revelaria, tal como sugere o autor, um mecanismo de proteção inflacionária, o que é razoável supor diante do movimento de preços e, simultaneamente, da insuficiência institucional do sistema financeiro à época, em proteger aplicações financeiras dos recursos sob a forma de dinheiro.

Por fim, resta discutir a incorporação do progresso técnico. No contexto das tecnologias agrícolas, não está reservado à mecanização não o papel de “aumentar a produtividade por área cultivada”, como afirma o autor (p.143). O que ela certamente propicia, ainda segundo o próprio autor, é o plantio de arroz em grandes extensões de terra (e, nestas condições, a manutenção dos índices de rendimento, obtidos em áreas menores, pelo fato de executar determinadas tarefas em épocas oportunas, o que sem o seu concurso seria impraticável) e o aumento da produtividade do trabalho. Os dados das tabelas 3.5 (1928/1937, de estagnação) e 3.6 (1938/54, de expansão), cobrindo um período de 26 anos, mostram que o ganho no rendimento físico não foi muito expressivo, exatamente porque a mecanização não se presta a tal finalidade. Se não, vejamos; de 1928 a 1937, o rendimento físico mantém-se absolutamente constante, em 2,2 t/ha, o que produz uma taxa de crescimento nula. De 1938 a 1954, portanto durante 17 safras, mesmo desprezando o ano inicial (situação em que os cálculos revelariam situação ainda mais desfavorável) e tomando o valor de 1939, o crescimento no período é de tão-somente 1% ao ano. De forma contrastante, a mecanização explica a discrepância entre a produtividade do trabalho no arroz do Rio Grande do Sul e do resto do País, da ordem de nove vezes, a favor daquele (Tabela 3.10). “Last, but not least”, o autor incorre em equívoco ao atribuir a maior parcela da explicação do salto na produção, do período de 1964/67, ao “aumento da produtividade física por área” (p.96). Com os dados

apresentados na Tabela 3.7, não mais do que 20% seriam atribuíveis à variável indicada pelo autor.

Mauro Marcio Oliveira  
EMBRATER